COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA - CEB

O Grupo tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos (Nota Explicativa nº 16); obrigações societárias (Nota Explicativa nº 17); e demais obrigações (Nota Explicativa nº 20).

2.13. Fornecedores
As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

2.14. Empréstimos e Financiamentos
Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros (Nota Explicativa nº 16).
Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.15. Obrigações Tributárias
A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.
O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro tributável do exercício, a taxas de impostos vigentes ou substantivamente vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.
O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas a serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.
Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

2.16. Operações de Compra e Venda de Energia Elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE
Os registros das operações de compra e venda de energia elétrica estão reconhecidos pelo regime de competência, com base em informações divulgadas pela CCEE, responsável pela apuração dos valores e quantidades de compras e vendas realizadas no âmbito desta entidade, ou por estimativa da Administração, quando essas informações não estão disponíveis.

2.17. Demais Ativos e Passivos
Os outros ativos estão apresentados ao valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas até a data do balanço, deduzidos por provisão para perdas e/ou ajuste a valor presente, quando aplicável. As outras obrigações são demonstradas pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço.

2.18. Capital Social
As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido.

2.18.1. Ações ordinárias
Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opção de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, livre de quaisquer efeitos tributários, quando aplicável.

2.18.2. Ações preferenciais
Ações preferenciais são classificadas no patrimônio líquido caso não sejam resgatáveis, ou resgatáveis somente à escolha da Companhia e quaisquer dividendos sejam discricionários. Dividendos pagos são reconhecidos no patrimônio líquido quando da aprovação dos acionistas da Companhia.
Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo.

2.19. Reconhecimento de Receita
A receita é reconhecida por meio de contratos firmados, cuja obrigação de desempenho é atendida ao longo do tempo e o valor da contraprestação reflete o valor justo a receber no momento em que os serviços são efetivamente transferidos ao cliente, deduzida dos impostos e dos eventuais descontos incidentes sobre a mesma.
A partir de 1º de janeiro de 2018 o CPC 47 foi adotado pela Companhia, todos os ativos estão registrados conforme a respectiva prática.
O reconhecimento da receita se dá quando ou à medida que a entidade satisfizer uma obrigação de performance ao transferir o bem ou serviço ao cliente, sendo que por obrigação de performance entende-se como uma promessa executória em um contrato com um cliente para a transferência de um bem/serviço ou uma série de bens ou serviços.
A transferência é considerada efetuada quando ou à medida que o cliente obtiver o controle desse ativo.

2.19.1. Receita de prestação de serviços
A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado com base no estágio de conclusão do serviço na data de apresentação das demonstrações financeiras. O estágio de conclusão é avaliado por referência a pesquisas de trabalhos realizados.

2.20. Receitas e Despesas Financeiras
As receitas financeiras referem-se, principalmente, à receita de aplicação financeira; e acréscimos moratórios em contas de energia elétrica. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos.
A receita de dividendos é reconhecida no resultado na data em que o direito da Companhia ou suas controladas e coligadas em receber o pagamento é estabelecido.
As distribuições recebidas de investidas registradas por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento.
As despesas financeiras abrangem encargos e variação monetária sobre empréstimos e financiamentos. Os custos dos empréstimos são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

2.21. Informações por Segmento de Negócios
Um segmento operacional é um componente do Grupo que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes do Grupo. Todos os resultados operacionais dos segmentos operacionais são revistos frequentemente pela Administração da Companhia para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual informações financeiras individualizadas estão disponíveis.
Os resultados de segmentos reportados à Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. Os itens não alocados compreendem, principalmente, os elementos patrimoniais e de resultado da CEB (Nota Explicativa nº 27).

2.22. Operações Descontinuadas
São classificados como mantidos para venda quando seu valor contábil for recuperável, principalmente, por meio da venda.
Para a Companhia, a condição para a classificação como mantido para venda somente é alcançada quando a alienação é aprovada por todos os órgãos da administração, o ativo estiver disponível para venda imediata em suas condições atuais e existir a expectativa de que a venda ocorra em até 12 meses após a classificação como disponível para venda. Contudo, nos casos em que comprovadamente o não cumprimento do prazo de até 12 meses for causado por acontecimentos ou circunstâncias fora do controle da Companhia e se ainda houver evidências suficientes da alienação, a classificação pode ser mantida.
Ativos mantidos para venda e passivos associados são mensurados pelo menor valor entre o contábil e o valor justo líquido das despesas de venda e são apresentados de forma segregada no balanço patrimonial.
Quando uma transação refletir a venda de um componente da Companhia que represente uma importante linha separada de negócios, a mesma é considerada uma operação descontinuada, sendo seus resultados e fluxos de caixa apresentados de forma segregada a partir da classificação dos respectivos ativos e passivos como mantidos para venda.

3. REAPRESENTAÇÃO DOS EXERCÍCIOS ANTERIORES E EFEITOS DA OPERAÇÃO DESCONTINUADA

Reapresentação dos Saldos de Exercícios Anteriores
Na apresentação das Demonstrações Financeiras comparativas de 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 foram efetuados ajustes visando apresentar, as alterações realizadas pela CEB Distribuição S.A..
Foram efetuados ajustes visando apresentar, retrospectivamente, os efeitos das mudanças apresentadas abaixo:
Créditos de PIS/COFINS sobre insumos (bens e/ou serviços) adquiridos de terceiros
A CEB DIS realizou o reconhecimento contábil, dos créditos de PIS e COFINS sobre bens e serviços utilizados como insumos na prestação de serviços advindos de dispêndios em exercícios anteriores e corrente, ligados diretamente ao negócio da Companhia.
Serviços correntes e juros líquidos advindos de obrigações atuariais
A Companhia reconheceu os valores dos serviços correntes e juros líquidos apresentados nos Laudos Atuariais de 2016 a 2020, seguindo legislação pertinente, que é o item 57, alínea "c", incisos "i" a "iii", do CPC 33 (R1), que determina a contabilização dos planos de benefício definido a serem reconhecidos em Resultado, como segue:

> "57. A contabilização de planos de benefício definido pela entidade envolve os seguintes passos:
> (...)
> (c) determinar os valores a serem reconhecidos em resultado:
> (i) custo do serviço corrente (ver itens 70 a 74 e 122A); (Alterado pela Revisão CPC 13)
> (ii) qualquer custo do serviço passado e ganho ou perda na liquidação (vide itens 99 a 112);
> (iii) juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido (vide itens 123 a 126);
> (...)"

Conforme previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, essas alterações de erros requerem a aplicação retrospectiva, ajustando os períodos anteriores apresentados para fins de comparação com o período atual, como se estivessem corretos a partir do início do período mais antigo apresentado.
Seguem demonstrativos contendo os montantes reapresentados para cada item das demonstrações contábeis afetada em períodos anteriores:

3.1. Balanço Patrimonial
3.1.1. Ativo

	Controladora						Consolidado							
Ativo	**31/12/2019**	**Ajuste Investimento - Reapresentação**	**31/12/2019** Reapresentado	**01/01/2019**	**Ajuste Investimento - Reapresentação**	**01/01/2019** Reapresentado	**31/12/2019**	**Crédito PIS/COFINS sobre insumos**	**Serviços Corrente e Juros Líquidos**	**31/12/2019** Reapresentado	**01/01/2019**	**Crédito PIS/COFINS sobre insumos**	**Serviços Corrente e Juros Líquidos**	**01/01/2019** Reapresentado
Circulante														
Caixa e Equivalentes de Caixa	12.713	–	12.713	12.784	–	12.784	465.338	–	–	465.338	179.699	–	–	179.699
Contas a Receber	18.526	–	18.526	26.994	–	26.994	608.867	–	–	608.867	622.655	–	–	622.655
Depósitos e Bloqueios Judiciais	111	–	111	111	–	111	121	–	–	121	2.552	–	–	2.552
Estoques	705	–	705	595	–	595	10.322	–	–	10.322	8.437	–	–	8.437
Tributos e Contribuições Compensáveis	4.806	–	4.806	4.684	–	4.684	24.040	19.336	–	43.376	23.169	11.846	–	35.015
Valores a Receber de Parcela "A" e Outros Itens Financeiros		–	–	–	–		503.161	–	–	503.161	862.704	–	–	862.704
Demais Créditos	43.793	–	43.793	24.249	–	24.249	126.458	–	–	126.458	140.785	–	–	140.785
Ativos não Circulante Mantido para Venda	641	–	641	641	–	641	2.228	–	–	2.228	2.352	–	–	2.352
Total do Circulante	**81.295**	–	**81.295**	**70.058**	–	**70.058**	**1.740.535**	**19.336**	–	**1.759.871**	**1.842.353**	**11.846**	–	**1.854.199**
Não Circulante														
Aplicações Financeiras	–	–	–	–	–	–	10.886	–	–	10.886	10.355	–	–	10.355
Contas a Receber	–	–	–	–	–	–	64.820	–	–	64.820	33.317	–	–	33.317
Empréstimos e Financiamentos	11.466	–	11.466	13.415	–	13.415	12.436	–	–	12.436	14.989	–	–	14.989
Depósitos e Bloqueios Judiciais	5.893	–	5.893	150	–	150	28.505	–	–	28.505	14.948	–	–	14.948
Tributos e Contribuições Compensáveis	25.229	–	25.229	26.063	–	26.063	31.147	–	–	31.147	32.147	–	–	32.147
Ativo Financeiro Indenizável	–	–	–	–	–	–	150.638	–	–	150.638	144.450	–	–	144.450
Demais Créditos	–	–	–	–	–	–	11.308	–	–	11.308	13.020	–	–	13.020
Realizável a Longo Prazo	**42.588**	–	**42.588**	**39.628**	–	**39.628**	**309.740**	–	–	**309.740**	**263.226**	–	–	**263.226**
Investimentos	908.041	(20.597)	887.444	731.883	(5.069)	726.814	632.392	–	–	632.392	613.426	–	–	613.426
Imobilizado	13.047	–	13.047	13.136	–	13.136	110.744	–	–	110.744	102.560	–	–	102.560
Intangível	3.034	–	3.034	3.971	–	3.971	893.943	–	–	893.943	920.106	–	–	920.106
Total do Não Circulante	**966.710**	–	**946.113**	**788.618**	–	**783.549**	**1.946.819**	–	–	**1.946.819**	**1.899.318**	–	–	**1.899.318**
Total do Ativo	**1.048.005**	–	**1.027.408**	**858.676**	–	**853.607**	**3.687.354**	**19.336**	–	**3.706.690**	**3.741.671**	**11.846**	–	**3.753.517**

3.1.2. Passivo

	Controladora						Consolidado							
Passivo	**31/12/2019**	**Ajuste Investimento - Reapresentação**	**31/12/2019** Reapresentado	**01/01/2019**	**Ajuste Investimento - Reapresentação**	**01/01/2019** Reapresentado	**31/12/2019**	**Crédito PIS/COFINS sobre insumos**	**Serviços Corrente e Juros Líquidos**	**31/12/2019** Reapresentado	**01/01/2019**	**Crédito PIS/COFINS sobre insumos**	**Serviços Corrente e Juros Líquidos**	**01/01/2019** Reapresentado
Circulante														
Fornecedores	10.660	–	10.660	15.237	–	15.237	196.454	–	–	196.454	488.018	–	–	488.018
Obrigações tributárias	5.557	–	5.557	5.706	–	5.706	487.606	–	–	487.606	220.970	–	–	220.970
Contribuição de iluminação pública	–	–	–	–	–	–	41.898	–	–	41.898	96.866	–	–	96.866
Encargos regulatórios	–	–	–	–	–	–	81.882	–	–	81.882	90.107	–	–	90.107
Debêntures	–	–	–	–	–	–	26.814	–	–	26.814	247.778	–	–	247.778
Empréstimos e financiamentos	21.633	–	21.633	–	–	–	120.833	–	–	120.833	86.069	–	–	86.069
Obrigações societárias	33.818	–	33.818	5.885	–	5.885	47.062	–	–	47.062	16.744	–	–	16.744
Obrigações sociais e trabalhistas	297	–	297	201	–	201	23.433	–	–	23.433	25.983	–	–	25.983
Valores a pagar de Parcela "A" e outros itens financeiros	–	–	–	–	–	–	499.097	–	–	499.097	608.361	–	–	608.361
Benefícios pós emprego	–	–	–	–	–	–	2.568	–	–	2.568	2.814	–	–	2.814
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórios	100	–	100	–	–	–	10.309	–	–	10.309	6.478	–	–	6.478
Demais obrigações	1.172	–	1.172	414	–	414	30.124	–	–	30.124	38.655	–	–	38.655
Total do Circulante	**73.237**	–	**73.237**	**27.443**	–	**27.443**	**1.568.080**	–	–	**1.568.080**	**1.928.843**	–	–	**1.928.843**
Não Circulante														
Fornecedores	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	36.830	–	–	36.830
Obrigações tributárias	96.782	–	96.782	96.781	–	96.781	359.741	–	–	359.741	322.356	–	–	322.356
Contribuição de iluminação pública	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	3.393	–	–	3.393
Debêntures	–	–	–	–	–	–	186.996	–	–	186.996	15.019	–	–	15.019
Empréstimos e financiamentos	94.000	–	94.000		–	–	167.532	–	–	167.532	188.194	–	–	188.194
Benefícios pós emprego	–	–	–	–	–	–	98.013	–	39.933	137.946	57.007	–	16.915	73.922
Encargos regulatórios	–	–	–	–	–	–	70.245	–	–	70.245	100.120	–	–	100.120
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórios	–	–	–	1	–	1	61.138	–	–	61.138	44.294	–	–	44.294
Obrigações vinculadas a concessão	–	–	–	–	–		1.103	–	–	1.103	3.400	–	–	3.400
Valores a pagar de Parcela "A" e outros itens financeiros	–	–	–	–	–	–	102.199	–	–	102.199	96.438	–	–	96.438
Demais obrigações	–	–	–	–	–	–	71.632	–	–	71.632	5.869	–	–	5.869
Total do Não Circulante	**190.782**	–	**190.782**	**96.782**	–	**96.782**	**1.118.599**	–	**39.933**	**1.158.532**	**872.920**	–	**16.915**	**889.835**
Patrimônio Líquido														
Capital social	566.025	–	566.025	566.025	–	566.025	566.025	–	–	566.025	566.025	–	–	566.025
Reserva de lucros	108.575	–	108.575	18.677	–	18.677	108.575	–	–	108.575	18.677	–	–	18.677
Ajuste de avaliação patrimonial	109.386	–	109.386	149.749	–	149.749	109.386	–	–	109.386	149.749	–	–	149.749
Lucros/(Prejuízos) acumulados	–	(20.597)	(20.597)	–	(5.069)	(5.069)	–	19.336	(39.933)	(20.597)	–	11.846	(16.915)	(5.069)
Atribuível as acionista controlador	**783.986**	–	**763.389**	**734.451**	–	**729.382**	**783.986**	**19.336**	**(39.933)**	**763.389**	**734.451**	**11.846**	**(16.915)**	**729.382**
Atribuível aos acionistas não controladores	–	–	–		–	–	**216.689**	–	–	**216.689**	**205.457**	–	–	**205.457**
Total do Patrimônio Líquido	**783.986**	–	**763.389**	**734.451**	–	**729.382**	**1.000.675**	**19.336**	**(39.933)**	**980.078**	**939.908**	**11.846**	**(16.915)**	**934.839**
Total do Passivo	**1.048.005**	–	**1.027.408**	**858.676**	–	**853.607**	**3.687.354**	**19.336**	–	**3.706.690**	**3.741.671**	**11.846**	–	**3.753.517**

3.2. Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido

Eventos	**Atribuído aos acionistas controladores**							
	Capital Social	**Reserva de Lucros**		**Ajuste de Avaliação Patrimonial/ Outros Resultados Abrangentes**	**Lucros/(Prejuízos) Acumulados**	**Participação do Acionista Controlador**	**Participação de Acionistas não Controladores**	**Total do Patrimônio Líquido**
		Reserva Legal	**Reserva de Capital**					
Saldo em 1º de janeiro de 2019 - Reapresentado	**566.025**	**1.225**	**17.452**	**149.749**	**(5.069)**	**729.382**	**205.457**	**934.839**
Transação de Capital com Acionistas:								
Constituição de Provisão de Partes Beneficiárias	–	–	–	–	–	–	(7.624)	**(7.624)**
Dividendos a pagar	–	–	–	–	(28.000)	(28.000)	(18.728)	**(46.728)**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	103.518	103.518	37.584	**141.102**
Absorção de prejuízos acumulados gerados no exercício	–	–	–	–	(1.147)	(1.147)	–	**(1.147)**
Destinação do Lucro								
Reserva Legal	–	5.895	–	–	(5.895)	–	–	–
Reserva para Expansão dos Negócios Sociais	–	–	84.003	–	(84.003)	–	–	–
Equiv. Patrim. sobre Resultados Abrangentes - Controladas - Benefícios Pós-Emprego	–	–	–	(40.363)	–	(40.363)	–	**(40.363)**
Saldo em 31 de dezembro de 2019 - Reapresentado	**566.025**	**7.120**	**101.455**	**109.386**	**(20.596)**	**763.390**	**216.689**	**980.079**

3.3. Demonstrações dos Resultados Abrangentes

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2019		**31/12/2019** Reapresentado	**31/12/2019**		**31/12/2019** Reapresentado
Lucro Líquido/(Prejuízo) do Exercício	**119.045**	**(15.528)**	**103.517**	**156.629**	**(15.528)**	**141.101**
Outros Resultados Abrangentes	**(40.363)**	–	**(40.363)**	**(40.363)**	–	**(40.363)**
Itens que não serão Reclassificados Subsequentemente ao Resultado						
Ganho (Perda) Atuarial com Plano de Benefício Definido	–	–	–	(40.363)	–	(40.363)
Realização de Reserva de Reavaliação (Custo Atribuído)						
Equivalência Patrimonial sobre Obrigação Atuarial - Benefícios Definido	(40.363)	–	(40.363)	–	–	–
Resultado Abrangente Total	**78.682**	**(15.528)**	**63.154**	**116.266**	**(15.528)**	**100.738**

3.4. Demonstração do Valor Adicionado

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2019	**Ajustes**	**31/12/2019** Reapresentado	**31/12/2020**	**Ajustes**	**31/12/2019** Reapresentado
Receitas	**65.282**	–	**65.282**	**335.741**	–	**335.741**
Venda de Energia e Serviços Prestados	67.939	–	67.939	337.934	–	337.934
Perdas Estimadas em Créditos Liquidação Duvidosa	(2.699)	–	(2.699)	(2.699)	–	(2.699)
Receita na Alienação de Ativo Imobilizado	–	–	–	(378)	–	(378)
Outras Receitas	42	–	42	884	–	884
Insumos Adquiridos de Terceiros	**(54.698)**	–	**(54.698)**	**(133.271)**	–	**(133.271)**
Custos com Serviço de Energia Elétrica	–	–	–	(68.643)	–	(68.643)
Custos com Serviço Prestado a Terceiros	(48.239)	–	(48.239)	(51.355)	–	(51.355)
Serviços de Terceiros	(5.805)	–	(5.805)	1.450	–	1.450
Material	(57)	–	(57)	(12.558)	–	(12.558)
Provisões/Reversões	(99)	–	(99)	(1.969)	–	(1.969)
Outros	(498)	–	(498)	(195)	–	(195)
Valor Adicionado Bruto	**10.584**	–	**10.584**	**202.470**	–	**202.470**
Retenções	**(1.089)**	–	**(1.089)**	**(8.548)**	–	**(8.548)**
Depreciação e Amortização	(1.089)	–	(1.089)	(8.548)	–	(8.548)
Valor Adicionado Líquido Produzido	**9.495**	–	**9.495**	**193.922**	–	**193.922**
Valor Adicionado Recebido em Transferência	**135.870**	**(15.528)**	**120.342**	**100.196**	**(15.528)**	**84.668**
Receitas Financeiras	12.035	–	12.035	23.837	–	23.837
Resultado de Equivalência Patrimonial de Operações Continuadas	77.365	–	77.365	28.964	–	28.964
Resultado de Equivalência Patrimonial de Operações Descontinuadas	41.891	(15.528)	26.363	41.891	(15.528)	26.363
Dividendos Recebidos	4.579	–	4.579	5.504	–	5.504
Valor Adicionado Total a Distribuir	**145.365**	**(15.528)**	**129.837**	**294.118**	**(15.528)**	**278.590**
Distribuição do Valor Adicionado	**145.365**	**(15.528)**	**129.837**	**294.118**	**(15.528)**	**278.590**
Empregados	**9.828**	–	**9.828**	**20.510**	–	**20.510**
Remuneração Direta	9.383	–	9.383	19.796	–	19.796
FGTS	173	–	173	350	–	350
Benefícios	272	–	272	364	–	364
Impostos, Taxas e Contribuições	**12.796**	–	**12.796**	**76.827**	–	**76.827**
Federal	11.434	–	11.434	74.455	–	74.455
Estadual e Municipal	1.362	–	1.362	2.372	–	2.372
Remuneração de Capitais de Terceiros	**3.696**	–	**3.696**	**40.154**	–	**40.154**
Aluguéis	–	–	–	32.634	–	32.634
Despesas Financeiras	3.696	–	3.696	7.520	–	7.520
Remuneração de Capitais Próprios	**119.045**	**(15.528)**	**103.517**	**156.627**	**(15.528)**	**141.099**
Participação dos Acionistas Não Contoladores	–	–	–	37.582	–	37.582
Lucros Líquidos Retidos	119.045	(15.528)	103.517	119.045	(15.528)	103.517

Operação Descontinuada
A Companhia realizou a reclassificação de saldos na Demonstração do Resultado do consolidado referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, relativa a decisão de alienação da CEB DIS. Desta forma, a distribuidora, nas demonstrações financeiras e nas respectivas notas explicativas, passa a ser apresentada na forma de operação descontinuada, conforme descrito na Nota Explicativa nº 1.4.
De acordo com o CPC 31, item 40, a entidade não deve reclassificar ou reapresentar montantes divulgados de ativos não circulantes ou de ativos e passivos de grupos de ativos classificados como mantidos para venda nos balanços de períodos anteriores para refletir a classificação no balanço do último período apresentado.
Já em relação as contas de resultado, a Companhia deve apresentar novamente as evidenciações para períodos anteriores apresentados nas demonstrações de resultados, de forma que as divulgações se relacionem com todas as operações que tenham sido descontinuadas à data do balanço do último período apresentado.
O ativo que está sendo objeto de classificação como Operação Descontinuada é a empresa CEB Distribuição S.A. e está registrada contabilmente no grupo de ativo não circulante como investimento. Porém, desde a data de decisão de alienação desta companhia, a mesma está sendo apresentada no grupo de ativo circulante na linha de ativos de operações descontinuadas para fins de divulgação e é o único ativo classificado com essa natureza.

Conforme mencionado na nota explicativa 1.4, a Companhia já não apresentava performance financeira sustentável, o que comprometeu, substancialmente a manutenção do seu contrato de concessão. Isso motivou a decisão de alienação deste ativo.
A conclusão do processo de venda foi realizada em março de 2021, com a liquidação financeira da operação no valor de R$ 2.515.000. A CEB aguarda a apuração do balancete mensal anterior a data da concretização da venda para apuração dos resultados finais dessa alienação.
Abaixo apresentamos a Demonstração do Resultado do exercício findo em 2020 do ativo classificado como operação descontinuada.

	31/12/2020	**31/12/2019 Reapresentado**
Receita Operacional Líquida	2.754.732	2.615.566
Custo do Serviço de Energia Elétrica	(2.555.425)	(2.262.908)
Custo dos Serviços Prestados	(23)	(394)
Lucro Bruto	**199.284**	**352.264**
Despesas Operacionais	**(174.976)**	**(236)857**
Resultado do Serviço	**24.308**	**115.407**
Resultado Financeiro	**31.900**	**(75.684**
Lucro Líquido Antes dos Tributos	**56.208**	**39.723**
Imposto de Renda e Contribuição Social	**301.822**	**(13.360)**
Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente	(16.358)	(91.895)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido	318.180	78.535
Lucro Líquido do Exercício	**358.030**	**26.363**

Os principais eventos, entre eles não recorrentes, que contribuíram para o resultado da CEB Distribuição S.A. e que impactaram diretamente o valor do investimento na Companhia foram:

LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO	
Lucro Líquido do Exercício - DRE	**358.030**
Efeito dos eventos relevantes, incluído os não recorrentes	**(429.399)**
Efeitos Positivos	
Crédito de PIS/COFINS **(a)**	(10.631)
Ativo Fiscal Diferido - AFD **(b)**	(312.731)
Precatórios **(c)**	(26.973)
Alienação Terreno do Noroeste **(d)**	(44.500)
Benefícios a Empregados **(e)**	(82.640)
Alienação de Sucatas **(f)**	(15.475)
Efeitos Negativos	
Plano de Demissão Voluntária - PDV **(g)**	33.343
Provisão Ajuste da BRR **(h)**	30.208
Efeito tributário sobre os eventos não recorrentes	**39.667**
Lucro Líquido do Exercício - Ajustado	**(31.702)**

(a) Recuperação de Créditos de PIS/COFINS
A CEB DIS realizou o reconhecimento contábil dos créditos de PIS/COFINS sobre os insumos utilizados na prestação de serviços, advindos de dispêndios em exercícios anteriores e corrente com insumos (bens e/ou serviços), ligados diretamente ao negócio da Distribuidora.
Os referidos créditos remetem aos anos de 2016 a 2020, levando-se em consideração o prazo prescricional do direito de aproveitamento destes créditos junto à Secretaria da Receita Federal - SRF, que é de 5 anos, cujo montante foi da ordem de R$ 54.876, dos quais R$ 10.631 no exercício corrente, já atualizados pela Selic.

(b) Ativo Fiscal Diferido
A CEB DIS realizou o reconhecimento do AFD, referentes ao Prejuízo Fiscal, Base Negativa e Diferenças Temporárias cujo montante foi de R$ 312.731, conforme descrito na Nota Explicativa 7.1.

(c) Precatórios
A CEB DIS celebrou acordo direto com o Distrito Federal, através da Procuradoria-Geral do Distrito Federal, para pagamento dos precatórios expedidos em favor da CEB Distribuição S.A. entre 2014 e 2018, com o principal objetivo de mitigar o risco de quebra dos *covenants* regulatórios financeiros de 2020.

(d) Alienação Terreno do Noroeste
A CEB DIS e a Terracap celebraram contrato de compra e venda do terreno localizado no Setor Noroeste, SAI NORTE PR 155/1/DF Brasília-DF, com área total de 284.160 m^2. O valor total da operação foi de R$ 318.900, que deveriam ter sido integralmente recebidos pela Companhia até o dia 23 de novembro de 2020. Porém, remanesce ainda um saldo devedor por parte da Terracap de R$ 197.405 que serão vertidos para a CEB IPES, no processo de Cisão da CEB DIS, ficando a CEB IPES incumbida de devolver à Distribuidora R$ 21.195 e os outros R$ 176.210 incorporados em seu Capital Social. O valor contábil do referido terreno era de R$ 274.400, o que gerou um ganho de capital de R$ 44.500 e uma obrigação fiscal, devidamente recolhida, de R$ 15.106.